



CADERNO DE QUESTÕES
LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES SEGUINTE:

1. Esta prova tem a duração de 3h (três horas).
2. Este **caderno de questões** contém 40 (quarenta) questões objetivas, apresentando 4 opções, com apenas uma correta.
3. A resposta definitiva deverá ser preenchida na respectiva **folha de resposta**, que será o único documento válido para correção de sua prova.
4. As marcações assinaladas no **caderno de questões** não serão consideradas na avaliação. Somente serão corrigidas as respostas transcritas na **folha de resposta**.
5. A marcação na **folha de resposta** deve obrigatoriamente ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. A alternativa escolhida deverá ser completamente marcada.
6. A **folha de resposta** não poderá ser rasurada, nem conter mais de uma resposta por questão, sob pena de anulação da questão.
7. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início, contudo não poderá sair levando o caderno de questões.
8. Somente será permitida a saída com o caderno de questões após 2 (duas) horas do início da aplicação da prova.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair do recinto juntos.
10. O candidato, tendo terminado a prova, deverá se retirar imediatamente do local de provas.
11. O **gabarito preliminar** da prova será divulgado no dia **07 de julho de 2025** na página de acompanhamento do processo seletivo.
12. Os **recursos** contra o gabarito preliminar poderão ser interpostos nos dias **08 e 09 de julho de 2025**, exclusivamente pelo formulário eletrônico disponibilizado na página de acompanhamento do processo seletivo.





BEBÊ REBORN E DIREITO REAL: O QUE A JUSTIÇA TEM A VER COM BONECAS DE BRINQUEDO?

Rafael Iorio

Nos últimos meses, o fenômeno das bonecas reborn — réplicas hiper-realistas de recém-nascidos — ultrapassou os limites das redes sociais e do mercado de colecionadores, ganhando espaço no debate jurídico e legislativo brasileiro. Casos envolvendo disputas judiciais por “guarda” dessas bonecas e projetos de lei que visam regulamentar seu uso em espaços públicos têm levantado questões sobre os limites do Direito diante de novas expressões de afeto e propriedade. O fenômeno ganhou ainda mais atenção com vídeos virais no Instagram mostrando interações emocionais intensas com essas bonecas. Neste artigo, analisamos os principais aspectos jurídicos, sociais e legislativos suscitados por essa nova fronteira entre realidade e ficção.

1. O caso da disputa judicial por uma boneca reborn

Em Goiânia, um caso insólito chamou a atenção da opinião pública: um casal, que mantinha um relacionamento afetivo, desejava, após a separação, definir judicialmente a guarda de uma boneca reborn. A mulher procurou uma advogada solicitando a abertura de uma ação judicial para regulamentar a convivência com a boneca, alegando que tanto ela quanto o ex-companheiro atribuíam à boneca um valor simbólico semelhante ao de um filho. Ambos compartilhavam não apenas a boneca, mas também um perfil em rede social com milhares de seguidores, o qual gerava receita por meio de parcerias e publicações monetizadas.

O pedido foi recusado pela advogada, que compreendeu o caráter afetivo do vínculo, mas destacou que, juridicamente, um objeto inanimado não pode ser sujeito de direitos. A advogada, contudo, apontou a possibilidade de uma demanda judicial em torno da administração do perfil virtual, com fundamento em direitos patrimoniais.

O caso repercutiu amplamente na imprensa e nas redes sociais, gerando debates sobre os limites do Judiciário em acolher demandas motivadas por afetos projetados sobre bens materiais.

2. A viralização nas redes sociais: afeto, performance e monetização

As bonecas reborn deixaram de ser um nicho de colecionadores e passaram a ocupar um espaço expressivo no Instagram e no TikTok. Vídeos como os publicados nos perfis de influenciadoras, que simulam rotinas maternas com as bonecas — desde o preparo da mamadeira até visitas a pediatras — acumulam milhões de visualizações.

Por exemplo, em um dos vídeos amplamente compartilhados, uma influenciadora aparece chorando de emoção ao “conhecer sua bebê reborn”, num enredo que remete ao parto. Em outro vídeo, a boneca é levada para o primeiro passeio no shopping, com direito a carrinho, fraldas e olhares curiosos do público. Tais conteúdos reforçam a performatividade do afeto e sua capacidade de gerar engajamento e lucro nas redes sociais.

A monetização dessas interações, somada ao vínculo afetivo e à audiência massiva, levanta um novo tipo de questão: em que medida a Justiça está preparada para lidar com bens materiais que são percebidos e tratados socialmente como pessoas?

(...)

Disponível em:

<https://diariodorio.com/bebe-reborn-e-direito-real-o-que-a-justica-tem-a-ver-com-bonecas-de-brinquedo/>



Questão 01. A partir da leitura do texto, é possível interpretar de maneira CORRETA:

- a) que a temática das bebês reborn não interessa ao direito, por ser uma questão restrita ao interesse de colecionadores
- b) que a advogada consultada para analisar o caso de Goiânia, citado no texto, opinou no sentido de não ser possível discutir a guarda do brinquedo, mas adequado discutir as repercussões patrimoniais em virtude do perfil em rede social.
- c) que esse tipo de ação discutindo a guarda de bebês reborn é muito comum em Goiânia.
- d) que o tema dos bebês reborn não levanta grande interesse popular na atualidade.

Questão 02. Marque a opção em que a PONTUAÇÃO da frase está ERRADA:

- a) Nos últimos meses, o fenômeno das bonecas reborn, réplicas hiper-realistas de recém-nascidos, ultrapassou os limites das redes sociais e do mercado de colecionadores.
- b) Por exemplo: em um dos vídeos amplamente compartilhados, uma influenciadora aparece chorando de emoção ao “conhecer sua bebê reborn”, num enredo que remete ao parto.
- c) O fenômeno ganhou ainda mais atenção com vídeos virais no Instagram, mostrando interações emocionais intensas com essas bonecas.
- d) O caso, repercutiu amplamente na imprensa e nas redes sociais, gerando debates sobre os limites do Judiciário em acolher demandas motivadas por afetos projetados sobre bens materiais.

Questão 03. Marque a alternativa abaixo em que a expressão ou trecho sublinhado NÃO TEM valor adjetivo.

- a) em um dos vídeos amplamente compartilhados, uma influenciadora aparece chorando de emoção ao

“conhecer sua bebê reborn”, num enredo que remete ao parto.

- b) Um casal, que mantinha um relacionamento afetivo, desejava, após a separação, definir judicialmente a guarda de uma boneca reborn.
- c) Em outro vídeo, a boneca é levada para o primeiro passeio no shopping, com direito a carrinho, fraldas e olhares curiosos do público.
- d) Nos últimos meses, o fenômeno das bonecas reborn — réplicas hiper-realistas de recém-nascidos — ultrapassou os limites das redes sociais e do mercado de colecionadores

Questão 04. Marque a opção ERRADA quanto ao uso da regência.

- a) Precisamos de mais leis que visem à regulamentação da matéria dos bebês reborn.
- b) A legislação propõe medidas de acolhimento psicológico às pessoas que usam bonecas reborn com finalidades afetivas ou terapêuticas.
- c) Os autores preferem mais reconhecer os bebês reborn como pessoas do que aceitar a ampliação do direito dos animais.
- d) O Direito não pode ignorar os sentidos simbólicos e emocionais atribuídos a determinados bens materiais.

Questão 05. Apenas uma das opções abaixo está correta quanto ao uso da crase. Marque essa opção CORRETA.

- a) O atendimento prioritário em hospitais deve ser reservado as crianças de verdade.
- b) A legislação deve manter clareza quanto a distinção entre sujeitos e objetos de direito.
- c) É necessário evitar abusos e distorções que comprometam o funcionamento de políticas públicas e a segurança jurídica.
- d) O acolhimento às mulheres que usam bonecas reborn com finalidades afetivas é visto por especialistas como adequado.



DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 06. Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com a previsão literal da norma:

- a) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- b) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- c) casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;
- d) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma estabelecidas por decreto para fins apenas de instrução processual penal.

Questão 07. No que toca aos princípios fundamentais e objetivos da República, previstos expressamente na Constituição de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil;
- b) a dignidade da pessoa humana é um fundamento do Estado Democrático de Direito;
- c) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais são princípios que regem as relações internacionais;
- d) construir uma sociedade livre, justa e solidária são fundamentos do Estado Democrático de Direito;

Questão 08. No que toca à organização político-administrativa do Estado, de acordo com a Constituição Federal de 1988,

- a) A criação de Municípios dependerá de lei federal específica, após consulta à população diretamente interessada por meio de plebiscito, independentemente da divulgação de estudos de viabilidade municipal.
- b) É permitido à União subvencionar cultos religiosos ou manter relações de dependência com igrejas, desde que autorizado por lei complementar federal.
- c) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para formar novos Estados ou Territórios Federais, desde que haja aprovação da população interessada por plebiscito e do Congresso Nacional, por meio de lei complementar.
- d) A criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios dar-se-ão por lei federal, mediante consulta às Assembleias Legislativas dos Estados envolvidos.

Questão 09. Nos termos da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município deve observar um procedimento legislativo específico. Assinale a alternativa que expressa corretamente esse procedimento:

- a) A Lei Orgânica municipal será aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, em votação única, e promulgada pelo prefeito.
- b) A Lei Orgânica municipal será aprovada pela maioria absoluta dos vereadores, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de sete dias, e promulgada pela Mesa Diretora.
- c) A Lei Orgânica municipal será votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias entre eles, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- d) A Lei Orgânica municipal será aprovada em votação única por dois terços dos vereadores e submetida à sanção do chefe do Poder Executivo municipal.



Questão 10. Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto à composição dos tribunais e às garantias e vedações aplicáveis aos juízes:

- a) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade desde o momento da posse, podendo perder o cargo somente por decisão do Conselho Nacional de Justiça.
- b) É permitido ao magistrado exercer atividade político-partidária.
- c) Aos juízes é vedado exercer qualquer outro cargo ou função, mesmo que de magistério, exceto em caso de autorização do tribunal.
- d) Os advogados que compõem o quinto constitucional devem ter mais de dez anos de efetiva atividade profissional, notório saber jurídico e reputação ilibada, sendo indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação da classe.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 11. De acordo com a Lei n. 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa, com a redação dada pela Lei n. 14.230/2021, CORRETO afirmar:

- a) A prescrição ocorrerá quando decorridos mais de cinco anos após o término do exercício de mandato.
- b) A prescrição ocorrerá quando decorridos mais de oito anos após o término do exercício de mandato.
- c) A prescrição ocorrerá quando decorridos mais de cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- d) A prescrição ocorrerá quando decorridos mais de oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

Questão 12. De acordo com o art. 37, §6º, da Constituição da República, é CORRETO afirmar:

- a) Somente as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo.
- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Questão 13. A Constituição da República possui princípios aplicáveis à Administração Pública expressamente previstos no art. 37, *caput*. Selecione a alternativa que NÃO corresponde a um princípio expresso no texto constitucional:

- a) Impessoalidade
- b) Proporcionalidade
- c) Moralidade
- d) Legalidade

Questão 14. Identifique a alternativa que corresponde a um elemento do ato administrativo:

- a) Presunção de legitimidade.
- b) Imperatividade.
- c) Autoexecutoriedade.
- d) Finalidade.



DIREITO PENAL

Questão 15. Considerando os princípios que regem a aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal mais gravosa retroage, desde que beneficie a sociedade.
- b) A lei penal posterior que incrimina nova conduta aplica-se aos fatos pretéritos.
- c) A lei penal mais benéfica aplica-se retroativamente, mesmo após o trânsito em julgado da sentença.
- d) A abolição criminis não tem efeitos sobre condenações já transitadas em julgado.

Questão 16. Sobre a estrutura do fato típico no Direito Penal, é correto afirmar:

- a) A tipicidade é suficiente para caracterizar a ilicitude da conduta.
- b) A conduta deve ser apenas voluntária, sendo irrelevante o nexo causal.
- c) A antijuridicidade não faz parte da análise do fato típico.
- d) A tipicidade conglobante, desenvolvida por Zaffaroni, exige juízo de compatibilidade entre o tipo penal e o ordenamento jurídico como um todo.

Questão 17. Assinale a alternativa correta sobre a teoria da culpabilidade e o concurso de agentes:

- a) A coautoria exige identidade de conduta e resultado entre todos os agentes.
- b) O dolo eventual exclui a culpabilidade penal.
- c) A participação de menor importância não possui reflexos na dosimetria da pena.
- d) A imputabilidade penal é requisito da culpabilidade.

Questão 18. Com relação aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) A corrupção passiva configura-se quando o servidor público solicita ou recebe vantagem indevida, ainda que fora da função, mas em razão dela.
- b) A corrupção ativa é crime próprio, cometido exclusivamente por servidor público.
- c) O crime de prevaricação exige vantagem indevida como elemento essencial.
- d) A concussão exige que o agente público solicite ou receba vantagem indevida.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 19. Em um inquérito policial o Promotor de justiça competente promoveu pelo arquivamento do feito. Inconformado, o ofendido interpôs recurso à instância de revisão ministerial, na forma do art. 28 do CPP, contudo o Procurador-Geral de Justiça manteve o arquivamento. A decisão do Procurador-Geral que manteve o arquivamento

- a) é irrecorrível.
- b) é impugnável por mandado de segurança.
- c) pode ser revista pelo juiz.
- d) é impugnável por apelação.

Questão 20. Sobre sentença, assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.
- b) A sentença conterá os nomes das partes ou, quando não possível, as indicações necessárias para identificá-las, a exposição sucinta da acusação e da defesa, a indicação dos motivos de fato e de direito em que se fundar a decisão,



a indicação dos artigos de lei aplicados, o dispositivo e a data e a assinatura do juiz.

- c) A intimação da sentença será feita ao réu, pessoalmente, ou ao defensor por ele constituído, quando se livrar solto, ou, sendo afiançável a infração, tiver prestado fiança.
- d) Qualquer das partes poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

Questão 21. Acerca do inquérito policial, julgue os itens que se seguem.

I – O arquivamento de inquérito policial (IP) em virtude do reconhecimento de legítima defesa impede a instauração de novo IP e a propositura de ação penal acerca do mesmo fato delituoso.

II – É vedado ao Ministério Público realizar investigações mediante procedimento investigatório distinto do inquérito policial.

III – Se o investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até 15 (quinze) dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e III estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e IV estão certos.

Questão 22. Sobre prisão, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) desde que existente a necessária justa causa, é válida a busca pessoal realizada pela Guarda Municipal quando configurada a situação de flagrante do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

- b) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 180 (cento e oitenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- c) Consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em razão da Lei n.º 13.964/2019, não é mais possível ao juiz, de ofício, decretar ou converter a prisão em flagrante em prisão preventiva.
- d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

DIREITO CIVIL

Questão 23. Marque a alternativa **incorreta**:

- a) a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, exceto se houver previsão expressa em sentido contrário.
- b) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para entrar em vigor começará a correr da nova publicação.
- c) a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, exceto quando se destinar à vigência temporária.
- d) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule, integral ou parcialmente, a matéria de que tratava a lei anterior.

Questão 24. Marque a alternativa correta:

- a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, o julgador deverá levar em consideração as consequências práticas da decisão, não podendo decidir, em hipótese alguma, com base em valores jurídicos abstratos.



- b) A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.
- c) Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, ainda que em prejuízo dos direitos dos administrados.
- d) Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, devem ser desconsideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Questão 25. Sobre as pessoas naturais e jurídicas, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, podendo cessar, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público ou privado, submetido a homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- b) O casamento, o exercício de emprego público efetivo e a colação de grau em curso de ensino superior são hipóteses previstas em lei que fazem cessar, para os menores, a incapacidade.
- c) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.
- d) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os

causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

Questão 26. Sobre negócios jurídicos, obrigações e prescrição, marque a opção correta:

- a) São nulos de pleno direito os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- b) O falso motivo vicia a declaração de vontade ainda que não seja a razão determinante.
- c) Quando se está diante de uma obrigação de dar coisa certa, caso seja deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu. Sendo culpado o devedor, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- d) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, independentemente do consentimento expreso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 27. Sobre o princípio da inafastabilidade da jurisdição, é correto afirmar:

- a) O Poder Judiciário apreciará todas as demandas que lhe forem apresentadas, desde que caracterizada efetiva lesão a direito, excluindo aquelas que constituem mera ameaça de lesão.



- b) A inafastabilidade da jurisdição tem relação com a fundamentalidade constitucional do direito de ação.
- c) Pelo princípio da inafastabilidade da jurisdição, o processo apenas pode ser extinto quando for proferida decisão de mérito.
- d) O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede que o juiz decida contra coisa julgada, ato jurídico perfeito e direito adquirido.

Questão 28. Sobre as regras de jurisdição e ação, marque a alternativa correta:

- a) A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional e no exterior, conforme as disposições deste Código.
- b) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, em nenhuma hipótese.
- c) Para postular em juízo é desnecessário ter interesse e legitimidade.
- d) É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

Questão 29. A técnica de julgamento estendido, estabelecida pelo Art. 942 do CPC/2015, é aplicável:

- a) à apelação, apenas quando houver reforma do julgado, por maioria;
- b) à ação rescisória, independentemente do resultado;
- c) ao agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito;
- d) nas hipóteses de remessa necessária, quando houver reforma do julgado, por maioria;

Questão 30. Sobre audiência de instrução e julgamento, marque a única alternativa correta:

- a) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha

comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.

- b) No dia e na hora designados, o escrivão declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar.
- c) Serão ouvidos o autor, o réu, o perito e as testemunhas, nesta ordem.
- d) O juiz deve tratar com urbanidade os advogados, os membros do Ministério Público, apenas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 31. Conforme a Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), um produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes indicadas nas alternativas abaixo, **EXCETO**:

- a) sua apresentação;
- b) o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam;
- c) a época em que foi colocado em circulação;
- d) o fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

Questão 32. Segundo a Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), são direitos básicos do consumidor, **EXCETO**:

- a) a efetiva prevenção e reparação exclusivamente quanto aos danos patrimoniais, sejam eles individuais, coletivos ou difusos;
- b) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;
- c) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento



de produtos e serviços; a época em que foi colocado em circulação;

- d) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Questão 33. De acordo com o art. 37, §§ 1º e 2º do CDC, aponte a alternativa correta.

- a) Considera-se abusiva qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa;
- b) Considera-se enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário que seja, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.
- c) Considera-se enganosa a publicidade que se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança;
- d) Considera-se enganosa a publicidade que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

Questão 34. Acerca da disciplina das cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor, aponte a alternativa correta.

- a) No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, é vedado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.
- b) São válidas as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que impliquem renúncia ou disposição de direitos.
- c) Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa

jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;

- d) São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que deixem ao consumidor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o fornecedor.

ECA

Questão 35. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto à adoção:

- a) É possível a adoção por procuração, desde que seja uma procuração pública.
- b) Desliga o adotando de vínculo com pais e parentes, inclusive quanto aos impedimentos matrimoniais.
- c) Em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento.
- d) O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.

Questão 36. Sobre o Conselho Tutelar assinale a alternativa correta, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei federal.
- b) A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- c) Não tem a atribuição de requisitar certidões de nascimento de criança ou adolescente quando necessário, devendo solicitar por intermédio do Juizado da Infância.
- d) o candidato a membro do Conselho Tutelar deve ter no mínimo 18 anos de idade.



Questão 37. Acerca dos atos infracionais, segundo as disposições expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judicial competente.
- b) A remissão não pode ser concedida antes de iniciado o processo de apuração de ato infracional.
- c) O prazo para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período.
- d) A representação independe de prova pré-constituída da autoria e materialidade.

Lei Nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha

Questão 38. Assinale a alternativa correta acerca das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha:

- a) As medidas protetivas de urgência podem ser aplicadas apenas após o recebimento da denúncia pelo Ministério Público.
- b) O juiz poderá aplicar, de imediato, as medidas protetivas de urgência, independentemente de audiência das partes ou da oitiva do Ministério Público.
- c) As medidas protetivas de urgência só podem ser requeridas pela ofendida pessoalmente.
- d) A autoridade policial não possui legitimidade para solicitar medidas protetivas ao juízo competente.

Questão 39. Nos termos da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher:

- a) É caracterizada exclusivamente pela ocorrência de agressões físicas dentro do ambiente familiar.
- b) Pressupõe relação conjugal ou vínculo matrimonial entre a vítima e o agressor.
- c) Abrange apenas situações em que haja dependência econômica da mulher em relação ao agressor.
- d) Compreende qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral ou patrimonial à mulher.

Questão 40. Sobre a aplicação da Lei Maria da Penha a mulheres transexuais, é correto afirmar:

- a) A Lei Maria da Penha não pode ser aplicada a mulheres trans, por não estarem expressamente mencionadas em seu texto original.
- b) A proteção da Lei Maria da Penha depende exclusivamente do registro civil da vítima como mulher.
- c) A jurisprudência majoritária dos tribunais superiores tem reconhecido a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha a mulheres trans, com base na identidade de gênero e na proteção contra violência baseada em gênero.
- d) A aplicação da Lei Maria da Penha a mulheres trans só é admitida se houver cirurgia de redesignação sexual.



imprensa oficial

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**Impresso na Imprensa Oficial
do Estado do Amazonas.**